



**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA-LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA-FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA.**

JOSIAS MUO MUNDURUKU

**O ENSINO DA HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INDÍGENA: Análise na
EMIEIF Patuazal em Jacareacanga – Pará**

JOSIAS MUO MUNDURUKU

**O ENSINO DA HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INDÍGENA: Análise Na
Escola EMIEIF Patuazal em Jacareacanga – Pará**

Monografia de Graduação apresentada para
obtenção do título de Licenciatura Plena em
Pedagogia da Faculdade de Itaituba.

Orientadora: Prof.^a Esp. Lucia Maria da Costa Cruz.

ITAITUBA/ PA
2022

MUNDURUKU. Josias Muo.

O ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA: Análise na escola EMIEIF Patuazal em Jacareacanga – Pará, CLPL da FAI, 2022: CLPL da FAI, 2022.

58 fls

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Faculdade de Itaituba-FAI, Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Itaituba- Pará- BR-PA, 2022.

Orientadora: Prof.^a Lucia Maria da Costa Cruz, Esp.

I. Ensino de História. Educação Indígena. Desenvolvimento II. CRUZ Lucia Maria da Costa. III. Faculdade de Itaituba- FAI, Itaituba- BR- Pará/2022.

JOSIAS MUO MUNDURUKU

**O ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA: Análise na escola EMIEIF
Patuazal em Jacareacanga – Pará**

Monografia de Graduação apresentada para
obtenção do título de Licenciatura Plena em
Pedagogia da Faculdade de Itaituba. Orientadora:
Prof.^a Lucia Maria da Costa Cruz, Esp.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ **Nota:** _____

Prof.^a Lúcia Maria da Costa Cruz, Esp.

Avaliador: _____ **Nota:** _____

Prof. Dhemesbraene Soares de Sousa, Esp.

Avaliadora: _____ **Nota:** _____

Prof.^a. Edilane da Silva Melo, Esp.

Resultado: _____ **Média:** _____

Data: 05 de Agosto de 2022

Dedico a Deus e à minha família pelo apoio
incondicional

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela sua supremacia;

À minha família pelo apoio incondicional durante os meus estudos;

Aos meus colegas pela ajuda nas horas precisas;

À FAI, pela oportunidade de cursar Pedagogia;

Aos meus professores pela ajuda em repassar conhecimentos;

À minha orientadora Lucia Maria, por ter- me orientado para a produção desse trabalho;

Agradeço aos que me ajudaram para chegar á esta vitória;

Os sinceros agradecimentos.

**“Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio,
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português”.**

(Oswald de Andrade)

RESUMO

O referido trabalho, enfatizou a questão do ensino da História enquanto disciplina na escola da etnia indígena e foi desenvolvido na EMEF Patuazal em Jacareacanga- Pará, em Outubro de 2020. Primeiramente ocorreu uma pesquisa bibliográfica com autores que abordam a temática, como (Balandier,1997), (Brasil, 1996), (Brasil, 1999), (Castro, 2002), (Lima, 1995), e uma investigação de campo, com abordagem qualitativa, com professores da instituição investigada. Buscou-se responder às questões norteadoras, como: “De que maneira a história da educação indígena é ensinada na sala de aula? Como as crianças são ensinadas sobre a história dos índios nas escolas? Como contribuir para um ensino da História da Educação Indígena de modo considerando um ponto de vista sem estereótipos? Os objetivos p almejados foram: Investigar o processo do ensino da história da educação indígena na escola; Perceber como a educação escolar indígena é tratada na escola; Compreender as metodologias do ensino da história da educação indígena na escola e propor sugestões e metodologias de aplicação da educação escolar indígena nas escolas. Para chegar-se aos resultados, ocorreu a coleta e análise dos dados, as discursões dos mesmos, as sugestões de propostas contribuintes e a conclusão, onde percebeu-se que o ensino de história se faz necessário, considerando que na educação indígena deve está inclusa no currículo como disciplina obrigatória.

PALAVRAS- CHAVE: Ensino de História. Educação indígena.

ABSTRACT

This work emphasized the issue of teaching History as a discipline in the school of the indigenous ethnic group and was developed at EMEF Patuazal in Jacareacanga- Pará, in October 2020. First, there was a bibliographic research with authors that approach the theme, such as (Balandier, 1997), (Brasil, 1996), (Brasil, 1999), (Castro, 2002), (Lima, 1995), and a field investigation, with a qualitative approach, with professors from the investigated institution. We sought to answer the guiding questions, such as: “How is the history of indigenous education taught in the classroom? How are children taught about the history of Indians in schools? How to contribute to the teaching of the History of Indigenous Education in a way that considers a point of view without stereotypes? The objectives pursued were: To investigate the process of teaching the history of indigenous education at school; Understand how indigenous school education is treated at school; Understand the methodologies of teaching the history of indigenous education at school and propose suggestions and methodologies for the application of indigenous school education in schools. In order to arrive at the results, the data was collected and analyzed, their speeches, suggestions for contributing proposals and the conclusion, where it was realized that teaching history is necessary, considering that indigenous education should be included in the curriculum as a mandatory subject.

KEYWORDS: Teaching History. Indigenous education.

LISTA DE SIGLAS

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

LBD- Leis de Diretrizes de Base

LDBEN- Leis de Diretrizes de Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação e Cultura

RCNEI- Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Importância do ensino da história da educação indígena.....	38
QUADRO 02	Necessidade de ensinar a história indígena na escola	39
QUADRO 03	O que deve ser ensinado, na escola, de acordo com a realidade, sobre a história dos indígenas	41
QUADRO 04	Como a história da educação indígena é ensinada na escola	42
QUADRO 05	Recursos metodológicos utilizados para o ensino da história dos índios em sala de aula.....	44
QUADRO 06	Contribuição do ensino da História da Educação Indígena.....	45
QUADRO 07	O que os pais repassam a história de seus povos aos filhos.....	46
QUADRO 08	Vantagens do ensino da história indígena da escola.....	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA	13
1.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	13
1.2 ENSINO DA HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INDÍGENA: SABERES E TRADIÇÕES	18
1.3 O QUE DIZ A LEI	23
2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA: É PRECISO ENSINAR	28
2.1 O ENSINO DIFERENCIADO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA	28
2.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E VISÃO DE REALIDADE	29
2.3 O CURRÍCULO COMO DIRECIONAMENTO	31
3 O ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA: ANÁLISE NA ESCOLA EMIEIF PATUAZAL EM JACAREACANGA – PARÁ	36
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	36
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
3.3 PERFIS DOS ENTREVISTADOS.....	37
3.4 ANÁLISE DA PEQUISA COM OS PROFESSORES	38
3.5 PROPOSTAS CONTRIBUINTES	48
CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICES	54

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido na EMEF Patuazal em Jacareacanga-Pará, em Outubro de 2020, onde abordou-se a questão do ensino da História na escola uma temática que deve ser revista no currículo da etnia indígena. Inicialmente, houve uma pesquisa bibliográfica com autores que abordam a temática, como (Balandier, 1997), (Brasil, 1996), (Brasil, 1999), (Castro, 2002), (Lima, 1995), e uma investigação de campo, com abordagem qualitativa, a fim de explorar e analisar as respostas dos professores entrevistados.

Para tanto, foram necessárias questões que pudessem direcionar o trabalho, tais como, “De que maneira a história da educação indígena é ensinada na sala de aula? Como as crianças são ensinadas sobre a história dos índios nas escolas? Como contribuir para um ensino da História da Educação Indígena de modo considerando um ponto de vista sem estereótipos?”

Os objetivos pretendidos consistiram em Investigar o processo do ensino da história da educação indígena na escola; Perceber como a educação escolar indígena é tratada na escola; Compreender as metodologias do ensino da história da educação indígena na escola e propor sugestões e metodologias de aplicação da educação escolar indígena nas escolas.

Para chegar-se aos resultados, ocorreu a coleta e análise dos dados, as discursões dos mesmos; seguido das sugestões de propostas contribuintes e a conclusão, onde percebeu-se que o ensino de história se faz necessário, considerando que na escola indígena deve estar incluída no currículo como disciplina obrigatória.

O trabalho foi dividido em três capítulos distintos, onde o primeiro fez uma abordagem contextual histórica do ensino da história da educação indígena, o ensino da história na educação indígena com seus saberes e tradições, o que diz a lei.

O capítulo segundo, ressalta o que é preciso ensinar na educação indígena, condizente à história, o ensino diferenciado da educação indígena, práticas pedagógicas e visão de realidade e o currículo como direcionamento.

O terceiro e último capítulo enfatiza o resultado da pesquisa com a caracterização da escola, os procedimentos metodológicos, perfis dos entrevistados, as propostas contribuintes e a conclusão do trabalho.

1. CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA.

1.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

A educação escolar indígena, em seu início das políticas indigenistas, remonta o princípio do governo republicano, vista a criação de órgãos em defesa ao índio. Somente na década de 1970, sob iniciativa das Organizações não-Governamentais, tiveram início os primeiros encontros de povos indígenas para discutir e reivindicar seus direitos, inclusive, a educação.

Diante da questão, a educação não se restringe apenas à transmissão de informação acumulada; mas também à transmissão de cultura, como de símbolos diversos de uma sociedade. No caso brasileiro a transmissão de tais bens como a cultura indígena, se torna um problema, por ser uma minoria étnica reprimida pelo não índio.

Vale ressaltar que a grande diferença entre educação e educação escolar. A educação não é um modelo único; a escola não é apenas um lugar onde se pratica e o professor profissional não é simplesmente aquele que ensina. Dessa forma, Luciano (2006, p. 148) salienta que a “educação escolar oferecida aos povos indígenas durante séculos sempre teve como objetivo a integração do índio à sociedade nacional”. Objetivava-se uma educação com respeito às diferenças culturais, à linguagem; mas apenas voltada para os interesses dos não- índios, os quais ensinavam aqueles a conviverem e a se relacionarem com estes, de acordo com seus padrões sociais.

Considerando a situação, a escola é considerada um lugar em que os conhecimentos podem se unir para que haja uma relação de harmonia entre os diferentes grupos étnicos. Ademais, no decorrer da história, a política educacional indígena serviu como um veículo de integração gradativa dos índios à sociedade nacional, ao mercado de trabalho anulando esses povos enquanto sociedades distintas.

Assim, desde o século XVI a educação se utilizou de métodos para civilizar e submeter o povo indígena ao não índio. Os missionários jesuítas foram os primeiros a se encarregar desta tarefa, em forma de evangelização. A primeira instrução para

os povos indígenas foram relativos a suas línguas, para poder catequizá-los e para se iniciar estudos de sua cultura, bem diferenciada.

Os princípios contidos nos Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI/MEC norteiam muitos programas de educação escolar indígena, que são reforçados nos programas de formação de professores indígenas e na elaboração dos materiais didáticos seguindo os princípios da pluralidade cultural, da equidade, da interculturalidade e da autoria indígena. (MEC, 1998).

Mediante isso, na década de 1970, o cenário passa por uma mudança, o movimento indígena começa a se articular, os encontros passam a ser mais expressivos, para discutir seus problemas e pensar soluções possíveis e mais repentinas. Passam a reivindicar seu direito ao território, à saúde, à educação, autonomia e participação política nacional e outros direitos lhes reservados.

No ano de 1988, os povos indígenas começam a exigir da nova Constituição Federal a implantação de políticas educacionais mais eficazes e voltadas aos seus interesses. A LDBEN (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com a lei n 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no Capítulo II - Da Educação Básica, trata sobre a questão da educação escolar indígena.

Na LDBEN é assegurado também o que a União contribuirá: Art.78- "... com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios e pesquisas... com os seguintes objetivos: recuperação de memória histórica, reafirmação de suas identidades étnicas, valorização de suas línguas e ciência; acesso às informações e conhecimentos gerais da sociedade nacional. Art. 79 – “A União apoiará técnica e financeiramente”.

Considerando a questão, a educação escolar indígena ainda caminha devagar, especialmente quando trata-se do ensino da história. Porém, nestes últimos anos ocorreram várias conquistas e inúmeros obstáculos foram ultrapassados. A Educação ganhou uma maior importância, na medida em que mobilizaram vários atores educacionais, instituições e recursos, inclusive os didáticos pedagógicos.

Assim, as discussões cada vez mais recorrentes e com mais participantes, fez com que o movimento pró-indigenista ganhasse mais força para que reivindicassem a educação que atendesse suas necessidades e seus projetos futuros. O direito à uma educação diferenciada foi garantida na Constituição de 1988, com a LDB de 1996, e da resolução de 3/99 do Conselho Nacional de

Educação, a educação indígena está no Plano Nacional de Educação e no projeto de Revisão no Estatuto do Índio.

Diante disso, os próprios índios possuem pedagogias próprias para a transmissão de conhecimentos, mantendo vivas as tradições, suas vivências e suas manifestações. Essas pedagogias contribuem para uma política e prática educacional adequada aos desejos e necessidades dos povos indígenas.

O foco da educação não visa preparar o homem para experiências novas, mas para conformar-se ao outro, ao diferente, reconhecendo a diferença (consciência da alteridade). Além de converter o indivíduo em ser social, incentiva à formação de aptidões orientadas no mesmo sentido". (FERNANDES, 1964, p.10). A educação ideal, é aquela que prepara os indivíduos para as escolhas que possam responder em termos da dinâmica do sistema social de reintegração do padrão, da existência da ordem e justiça social.

Desta maneira, a educação escolar indígena que defende-se aqui não serve para que os índios saiam de suas aldeias e se integrem na vida do não índio. Porém, não exclui a possibilidade de alguém que fizer essa opção; mas sim, para que possa se comunicar entre si e para fora das aldeias defendendo seu modo de vida e como forma de preservação de suas tradições.

A educação está relacionada às mudanças de sujeitos e de mundos em algo especial, de acordo com cada visão do que é melhor. Ademais, a mesma educação que ensina pode ser usada como forma de dominação de um povo, como ocorre com os índios ao longo da história.

Ainda, as programas da LDB/1996 estão incluídos no PNE (Plano Nacional de Educação), que possui metas a curto e longo prazo para a educação escolar indígena:

Ampliar, gradativamente, a oferta de ensino; Fortalecer e garantir a consolidação, o aperfeiçoamento e o reconhecimento de experiências de uma educação diferenciada de qualidade; Assegurar autonomia dessas escolas, tanto no projeto pedagógico quanto ao uso dos recursos financeiros.[...] Criar órgãos voltados à publicação de materiais pedagógicos específicos; Profissionalização e reconhecimento do magistério indígena; Assegurar a continuação da formação do professor indígena; Cursos profissionalizantes, visando a auto-sustentação e ao uso da terra de forma equilibrada; Programa de educação à distância de professores; Combater o desconhecimento, a intolerância e o preconceito em relação a essas populações. (BRASIL, 1996)

Na atualidade, encontra-se em andamento um censo escolar indígena onde se espera a verificação das escolas incluídas no sistema educacional, cadastros de escolas e professores indígenas. Alguns dados são fornecidos pelo MEC, indicando que há muito ainda a ser feito pela Educação Escolar Indígena.

Ao verificar o RECNEI, percebe-se que um bom professor indígena é alguém que é apoiado e indicado pela comunidade, deve estar atento às expectativas da aldeia, deve dialogar e ter comprometimento com a comunidade. Alguns destes conseguiram manter sua alteridade, graças a estratégias próprias das quais, uma é a ação pedagógica. Antes da colonização já existia uma educação indígena que era diferente; Agora, a educação escolar é que é nova. Mesmo com as mudanças na Legislação ainda há uma longa caminhada para sair do papel as propostas educacionais para a etnia indígena.

A discussão nunca é esgotada quando se trata de um assunto tão importante e polêmico como educação do índio, até por várias questões. Historiadores e outros profissionais têm o dever de denunciar, dialogar, em defesa das sociedades indígenas. Mas no caso dos professores de História, em particular devem discutir a questão do índio na sala de aula não como uma cultura homogênea, um índio genérico; mas como parte da identidade do nosso país, como um povo que não só ajudou a formar o povo brasileiro.

Portanto, deve-se considerar que ainda existe uma educação que mantém a sua cultura e que pode ensinar a outras etnias, como a respeitar mais o meio ambiente, desapego com as coisas materiais, entre muitos outros ensinamentos que faltam a nossa sociedade e que torna-se um privilégio para quem é índio.

1.2 ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA: SABERES E TRADIÇÕES

O ensino da História indígena tornou-se obrigatório por meio da Lei n. 11.645/08 no currículo de educação básica em todo o país. Entretanto, o que nota-se ao longo dos tempos, é um descompasso entre a lei e a sua efetivação na prática. Ainda permanecem equívocos de abordagem em relação à história indígena em relação aos conceitos de identidade, tradição, cultura e uma certa generalização dos temas referentes à temática indígena. Por outro lado, existem avanços e pesquisas interdisciplinares que envolvem História e Antropologia e vêm trazendo à tona novas abordagens sobre o assunto partindo de experiências regionais,

revelando múltiplas histórias locais. Isso implica na criação da identidade nacional estaria assegurada àquele que conseguisse mostrar a mescla das três raças na formação do povo brasileiro.

Tornando o Romantismo brasileiro do século XIX, além da História, também um importante dispositivo constituidor das representações sobre os indígenas na construção da identidade nacional. Ao contrário do discurso de Varnhagen, o índio romântico era um nobre selvagem, um herói, um exemplo do sujeito submetido aos preceitos civilizatórios (VALENTINI, 2016). A partir dessas transformações, os indígenas deixam de ser coadjuvantes e se tornam sujeitos históricos. Deixam de ser silenciados e se tornam autores de sua História de vida.

Deste modo, os indígenas brasileiros foram representados, na maioria dos livros didáticos da transição do Império para a República, de forma bastante genérica, ignorando-se as distinções culturais da etnia. Desta forma,

[...] expressou um ideal de homem brasileiro, um herói brasílico, representado por um índio mítico e lendário, inspirado no bom selvagem de Rousseau e associado a sentimentos de patriotismo que faziam desse índio um legítimo representante dessa nacionalidade. O Romantismo trouxe à tona a imagem do índio como extensão da natureza, pela harmonia das formas, inocência dos atos e bravura na defesa da terra (MARIANO, 2006, p. 55).

A construção da história do Brasil, ocorreu com base na diversidade de sujeitos históricos, incluindo nações invasoras e povos que aqui viviam ou que foram trazidos para cá. Mas a História contada na escola tem excluído os indígenas como se eles não fossem protagonistas da história nacional. Isso tem ocorrido principalmente por causa da influência da historiografia do século 19, comprometida com os valores da elite da época, que escolheu identificar a história da nação com ações da sociedade europeia e descendentes, deixando de lado o legado das etnias indígenas existentes no Brasil, os verdadeiros brasileiros.

Dessa forma, em decorrência, os alunos têm incorporado à ideia de que os povos indígenas não têm história e, assim, negam a eles o direito à luta por direitos, atitudes de autodeterminação, como também sua autonomia para escolha e preservação de costumes, línguas e religiões.

A escola geralmente divulga a crença de que as mudanças nos costumes indígenas, é por causa do contato com outros povos. Isso, deixa bem claro que

oculta-se uma sucessão de eventos grandiosos e que significam o abandono das informações oficiais da identidade da etnia.

O Brasil é um país com grande diversidade étnica, social e cultural. Essa pluralidade, no entanto, nem sempre foi reconhecida social e legalmente e, muito menos, problematizada do ponto de vista educacional. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, fica assegurado, às comunidades indígenas, o direito à educação escolar, cujo objetivo é fortalecer as práticas culturais e a língua materna.

Desta forma, o quadro de valores atribuído aos indígenas também foi modificado no olhar dos estudos históricos. Hoje, passaram a serem entendidos como povos com história dinâmica, sujeitos protagonistas da sua história e da história nacional, que criaram estratégias de luta, resistências e negociações ao longo dos cinco séculos de convivência com os não índios. São povos vivos e atuantes, que afirmam constantemente sua identidade, sua cultura e sua tradição.

A verdadeira base desse novo olhar para a causa indígena, tem fundamento nos movimentos não governamentais que surgiram nos anos de 1980 e 1990; e que trouxeram à cena nacional os debates sobre a educação, a questão cultural e a autonomia dos povos indígenas.

Nesta perspectiva, um dos aspectos discutidos diz respeito à formação de professores indígenas, considerando que esta é fundamental para a preservação dos repertórios culturais das comunidades indígenas e de suas tradições. Como afirma Cavalcanti (2003, p. 22) “concebe-se a escola não como lugar único de aprendizado, mas como um novo espaço e tempo educativo que deve integrar-se ao sistema mais amplo de educação de cada povo”.

No caso da escola indígena, o sistema escolar segue os mesmos padrões da sociedade brasileira, sendo as escolas legalizadas nas aldeias, os professores não indígenas contratados para ministrar as aulas, os critérios de aprovação estabelecidos pelas secretarias de educação.

Considera-se outra forma interessante de preservação da cultura é a gravação de músicas indígenas e transcrição para partituras, fazendo com que a música possa ser conhecida e apreciada por pessoas de fora da aldeia e como forma de preservação. Deduz-se então, uma grande diferença entre legislação e realidade.

Existem ainda, enormes dificuldades para a implantação dessas escolas indígenas que aparecem nas propostas e projetos, muitas escolas ainda não sentiram as mudanças estas mudanças. Porém, acredita-se que é uma questão de tempo e que não deve- se perder a utopia. Precisa- se ter no país uma educação escolar indígena, que realmente responda às expectativas e que não aconteça como ao longo da história brasileira, aonde a educação foi uma forma de acabar com a diversidade cultural.

No entanto, percebe-se que a escola, antes objeto de imposição aos índios no passado, atualmente é “almejada como um espaço de liberdade, de conquistas, de afirmação e de (re) construção dos projetos societários dos povos ameríndios” (LOPES, 2008, p. 02). Dessa forma, faz- se necessário conhecer a luta das comunidades indígenas por uma educação escolar de qualidade, com um ensino voltado para a sua história e cultura e que almeje conquistas e reconstrução sociais.

Em relação a outras ocasiões históricas, ocorreu muito diferente, nos quais alguns grupos indígenas evitavam participar das mudanças na educação impostas pelo poder público, como forma de resistência. Porém atualmente, buscam em movimento sociais, a reafirmação das identidades, num processo intenso de diálogo com a sociedade da qual fazem parte.

Dessa forma, conhecer e dominar seus códigos são indispensáveis para a conservação da cultura desses povos; por isso, a escola começou a ser olhada como uma tática de afirmação étnica. É que somente esta, permite a relação com os conhecimentos e saberes dos povos indígenas, com os saberes vivenciados nas escolas não indígenas. Essa nova visão e com novos instrumentos na luta pelos seus direitos, os índios conhecem as leis que podem ser usadas para alcançar seus objetivos, além de lhes permitir a convivência com os não índios, mantendo e afirmando sua cultura.

A instituição escolar une duas sociedades, duas culturas, dois modos de vida, que são a indígena e a não indígena, tornando-se um espaço de interconexão entre duas concepções de mundo diferentes, e que devem frequentar uma mesma escola com diretrizes homogêneas.

É nesse contexto de aperfeiçoamento e estratégias próprias de desenvolvimento do saber, que segundo Meliá ressalta que “a educação indígena permite que o modo de ser e a cultura venham a se reproduzir nas novas gerações, mas também que essas sociedades encarem com relativo sucesso situações novas”

(MELIÁ, 1999, p. 12). Entretanto, percebe-se que é a através da Educação Indígena que são transmitidos seus saberes milenares, suas culturas e tradições, conhecimentos e costumes que perduram.

Mediante a situação, simultaneamente o contexto das lutas sociais, os povos indígenas, que aparentemente tinham desaparecido, ressurgiram e passaram a lutar por direitos e o reconhecimento de sua história. Assim, a historiografia mais recente tem revisto a história desses povos, reconhecendo que ao longo de séculos continuaram a existir, apesar das dificuldades, defendendo terras e aldeias diante da expansão europeia e brasileira, e preservando línguas e costumes.

Neste sentido, a conquista de direitos possibilitou aos povos indígenas se autodeclarar índios, revelando um grupo em crescimento. Ao contrário do que se pensavam, esses povos não estão desaparecendo. Hoje, com acesso à Educação Indígena, esses povos estão escrevendo livros e produzindo vídeos. Contam e recontam suas próprias versões da história, com múltiplas linguagens e a tradição oral. É a história indígena em evidência; e documentada.

Assim, são de fundamental importância para a preservação de suas manifestações e de sua identidade, pois são eles que os fazem ser diferentes dos demais povos. A Educação para Indígenas, conforme (GRUPIONI, 2000), nos últimos anos, ganhou uma nova roupagem: passou a ser chamada de Educação Escolar Indígena. Para este, essa educação é definida como “O conjunto de práticas e intervenções que decorrem da situação de inserção dos povos indígenas na sociedade nacional, envolvendo agentes, conhecimentos e instituições, até então estranhos à vida indígena, voltados à introdução da escola e do letramento”. (GRUPIONI, 2000, p. 274).

Ao analisar a história das lutas dos povos indígenas pelo desenvolvimento de suas culturas, percebe-se o elo, o espaço e possibilidades de continuidade de suas expressões, através da reiteração de seus rituais, da transmissão por meios diversos valores e costumes para as novas gerações, por garantir o espaço-tempo para suas manifestações culturais que se vinculam aos ciclos da natureza e aos momentos singulares da vida humana.

Sem dúvida, esta questão se configura desde os primeiros contatos com os europeus, há cerca de cinco séculos. Nas condições coletivas de vida dos grupos indígenas atualmente, vê-se que as dificuldades para a manutenção e o fortalecimento de suas culturas.

Juntamente com esses pontos, interligam problemas materiais de sobrevivência, conflitos envolvendo questões de natureza econômica entre os quais se destaca o problema da invasão dos territórios indígenas e questões de natureza cultural.

Assim, apesar disso correr desde a discriminação e preconceito com que são vistos pela sociedade envolvente, até formas mais extremas que fez desaparecer parte do conhecimento acumulado pelos povos indígenas, assim como determinadas maneiras de conhecer o mundo em sua volta.

Ao analisarmos a problemática da relação com o saber, percebemos que é uma problemática que tem uma enorme complexidade. Isso se justifica pelo fato de ela objetivar compreender como o sujeito se relaciona com mundo, com os outros e consigo mesmo, enquanto sujeito único e singular. Tal sujeito, por seu turno, está inserido no mundo em contato com as diversidades, confrontado com um objeto de desejo: a necessidade de aprender (CHALOT, 2000).

Nesse aspecto, observa-se que o saber decorre da necessidade que o sujeito tem de aprender através de determinadas ações, mas que esse aprendizado tenha importância para sua vida. O estudo de história não é diferente. É através desta que o sujeito compreender um indivíduo que vive em sociedade. E, sendo essa sociedade um lugar de atividades, ele tem necessidade de estar sempre em movimento, comunicando-se com os demais; por esse motivo ele precisa estar sempre se aperfeiçoando.

A educação superior permite a conquista da efetiva, desenvolvendo-se intelectualmente. Porém, ainda tem a cidadania, pelo direito de acesso aos bens do mundo contemporâneo, sem interveniência e sem intermediação de não índios. Isso significa que a partir disso se formarão profissionais que sejam no mínimo capazes de articular os conhecimentos provenientes. Por um lado, das tradições de seus povos; por outro, da tradição ocidental e, ao mesmo tempo, dará ao país a oportunidade de quebrar a visão estereotipada que uma parcela significativa da população brasileira ainda guarda sobre os índios e suas tradições.

Os livros didáticos, conforme Bittencourt (2011), fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos e são os instrumentos de trabalho mais usados na “tradição escolar”. Esses materiais destinados à disciplina de História, especificamente, a história da etnia indígena, são objetos de vigia dos governos.

Por serem considerado suporte de conhecimentos escolares no qual são transcritos, geralmente, os conteúdos e temas propostos pelos currículos educacionais, os livros didáticos têm sempre o Estado o circundando, o qual “[...] interfere indiretamente na elaboração dos conteúdos escolares veiculados por ele e posteriormente estabelece critérios para avaliá-lo, seguindo, na maior parte das vezes os conteúdos propostos dos currículos escolares institucionais” (BITTENCOURT, 2011, p. 301). Assim, nota-se que essas pesquisas sobre os livros demonstram quais são as visões expostas nesses suportes de conhecimentos escolares a respeito da temática indígena antes da sanção de uma Lei que obrigou a sua abordagem nas aulas de História.

Na maioria das obras analisadas, os povos são apresentados com teores exóticos e dúbios, sempre associados ao passado e sem relações com o presente, com informações atrasadas e desconexas, demonstrando desvalorização e desrespeito para com os povos originários. Desviam-se fatos e altera-se a história.

A temática indígena está presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História e no tema transversal que aborda a pluralidade cultural. Inclusive, há uma notável mudança nas publicações didáticas voltadas para a disciplina de História após a publicação dos Parâmetros: a partir desses, diversos livros escolares incluíram temas tratando das teorias sobre a chegada dos seres humanos no continente americano – assunto que era escassamente estudado nas aulas de História até então –, superando a tradição de iniciar a História do Brasil apenas em 1500 com a chegada dos colonizadores portugueses e passando a versar sobre o continente americano já nas aulas dedicadas à Pré-História.

O documento é a finalização de uma parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Conselho Nacional de Educação (CNE) para o cumprimento do contrato número SA-3524/2011, que teve o objetivo de

Realizar estudo analítico sobre a temática da história e cultura dos povos indígenas na educação básica para subsidiar a Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) na sua função de orientar os sistemas de ensino e suas diferentes instituições, na elaboração e implementação de ações voltadas para política educacional brasileira (GRUPIONI 2012, p. 2).

Considerando a situação, faz-se necessário assegurar a plena participação das comunidades indígenas nas decisões relativas ao funcionamento das escolas, garantindo-lhes a autonomia proclamada nas leis, tanto no que se refere ao projeto pedagógico, quanto ao emprego dos recursos destinados a essas escolas. Portanto, a autonomia não significa omissão dos órgãos oficiais sobre a educação indígena; ao contrário, deve viabilizar condições para a implementação da proposta, devendo expressar-se o acordo coletivamente firmado entre as diversas esferas do poder público e as escolas indígenas, de acordo com a realidade.

Dessa forma, entende-se que, para responder às expectativas das comunidades e construir uma proposta de autonomia para as escolas indígenas, concernente ao poder público, não pode se eximir da responsabilidade quanto à elaboração de políticas públicas e deve prover as escolas do financiamento e da estrutura necessários para que aconteça, de fato, o ensino e a aprendizagem para todos os indígenas, com quaisquer condições. Aliás, trabalhar História, como também outras disciplinas nas escolas indígenas, precisa-se de qualificação docente, recursos viáveis e didáticas adequadas.

1.3 O QUE DIZ A LEI

Ao tratar-se do direito de permanecerem índios, a Constituição Brasileira de 1988, garantiu a manutenção de sua identidade cultural, possibilitando que a escola indígena se tornasse um instrumento de valorização das línguas, dos saberes e das tradições indígenas.

Art- 210 - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. 2. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (BRASIL, 1988)

Percebe-se que, a grande mudança verificada no Brasil foi com a atual Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, que dedicou, à questão indígena, um capítulo específico, intitulado dos Índios, inserido no Título III “Da ordem Social”. O artigo 231 assim afirma: “São reconhecidas aos índios suas organizações sociais, costumes, língua, crenças e tradições e o direito originário

sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos seus bens.” (BRASIL, 1988, p.150)

Os povos indígenas, com essa lei, tiveram assegurados sua diversidade étnica e o direito de manter seus territórios. Todavia, os valores de inferioridade disseminados ao longo de cinco séculos prevaleceram no imaginário da população brasileira, além do desconhecimento sobre suas particularidades culturais. Conhecer melhor quem são os indígenas, como vivem, no que acreditam e quais foram e são suas lutas, são questões que possibilitam aproximações importantes e necessárias para a conquista do respeito e valorização das diferenças de costumes entre os povos.

Nesse sentido, em 2008, com a Lei nº 11.645, que estabelece a obrigatoriedade do estudo da história indígena nas classes brasileiras, houve um avanço significativo, com a possibilidade de a história nacional ser reescrita e nela ser incluída o protagonismo dos povos indígenas na construção de nosso passado e de nossa realidade contemporânea.

Diante disto, a política educacional guarda relações inerentes com outras políticas e ações, desenvolvidas pela FUNAI e por outros órgãos de governo, voltadas aos povos indígenas, como políticas voltadas à gestão territorial, à sustentabilidade, à saúde, dentre outros aspectos. A harmonização dessas ações convergentes, sob coordenação da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), é fundamental para o estabelecimento de relações do Estado com povos indígenas, que reconheçam e respeitem a autonomia destes povos e suas formas próprias de organização, de vida e de situação sócio- cultural.

Os Povos Indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue e multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena. Seguindo o regime de colaboração, posto pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a coordenação nacional das políticas de Educação Escolar Indígena é de competência do Ministério da Educação (MEC), cabendo aos Estados e Municípios a execução para a garantia deste direito dos povos indígenas.

A primeira fase situa-se à época do Brasil Colônia, quando a escolarização dos índios esteve a cargo exclusivo de missionários católicos, notadamente os jesuítas. O segundo momento é marcado pela criação do SPI, em 1910, e se estende à política de ensino da Funai [...] e outras missões religiosas. O surgimento de organizações indigenistas não governamentais e a formação do movimento indígena em fins da década de 60 e nos anos 70, período da ditadura militar, marcaram o início da terceira fase. A quarta fase vem da iniciativa dos próprios povos indígenas, a partir da década de 80, que decidem definir e auto gerir os processos de educação formal. (FERREIRA, 2001, p. 72)

Considera-se que diante de tantas diversidades culturais e interculturais, a legislação brasileira procurou construir espaços para que elas fossem inseridas na educação escolar, seja indígena ou não-indígena, propondo às escolas tradicionais a implantação nos currículos do que já tinha sido assegurado pela LDB, no artigo 26, & 4º “o ensino da História do Brasil, que levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africanas e européias”.

Essa educação sempre esteve ancorada na legislação que, durante séculos, não levou em consideração toda a diversidade cultural, a cosmologia e as práticas sociais tradicionais. Se a lei não pode ser confundida com uma descrição da realidade, a realidade, por seu lado, não pode eludir a existência da lei, que a inflete. Mas lei é, em si mesma, uma forma de realidade: a maneira como parcelas de uma classe dominante representam-se a si mesma a ordem social. (CUNHA, 1992, p.2)

Com relação à educação escolar para os povos indígenas, a LDB faz menção a ela em dois momentos. No Artigo 32, reproduz o direito estabelecido no Capítulo 210, da Constituição Federal e assim se refere: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. Percebe-se, que a língua materna é mantida na maioria das comunidades indígenas no Sul do Brasil.

Desta maneira, as crianças, até atingirem a idade escolar, falam exclusivamente sua língua materna e, ao entrarem na escola, deparam-se com professores monolíngues e, muitas vezes, despreparados para lidar com alteridades. A disciplina História está inclusa nesta política educacional. Educação Indígena são “as práticas tradicionais de socialização e transmissão de conhecimentos próprios a cada sociedade indígena” (GRUPIONI, 2000, p. 274).

Considera-se que o RCNEI contém os princípios, os fundamentos gerais e as orientações para subsidiar os professores no dia-a-dia de sua escola e sugestões que poderão ser acatadas pelos técnicos e dirigentes dos sistemas municipais e estaduais de ensino na definição de políticas para a educação escolar indígena integral visando o desenvolvimento intelectual do aluno.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, pelo Parecer nº 14/99 do CEB/CNE2, foram aprovadas em 14/09/1999. O Parecer, dividido em dois capítulos, instituiu as diretrizes da categoria escola indígena, definindo as competências para a oferta da educação escolar indígena, a formação do professor indígena, o currículo da escola e sua flexibilização, determinando a estrutura e o funcionamento da escola indígena e propondo ações em defesa da educação escolar indígena na íntegra.

Também, engloba reivindicações do movimento indígena e das novas pesquisas acadêmicas, em 1994, foi aprovado um substitutivo por meio do Projeto nº 2.057/91, denominado Estatuto das Sociedades Indígenas. Esse projeto está, há uma década, arquivado no Congresso Nacional, à espera de vontade política para ser aprovado. De acordo com Albuquerque:

[...] os povos indígenas desempenharam o papel importante de debater, elaborar e organizar suas propostas para o Congresso Nacional, porém a vontade política para com a minoria nunca foi expressiva, e num gesto de desrespeito, de irresponsabilidade e discriminação, esses políticos nem sequer encaminharam a proposta dos povos indígenas. (ALBUQUERQUE, 1994, p.8)

Neste sentido, o papel da educação indígena é reafirmar às identidades étnicas, valorizando suas línguas e ciências e garantindo aos índios e as suas comunidades, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e das demais sociedades seja elas indígenas ou não. Dessa forma, os índios deixam de ser considerados como uma categoria social em processo de extinção e passam a ser respeitados como grupos étnicos diferenciados, com seus direitos reservados, costumes, crenças, cultura e tradições, mesmo com suas especificidades.

O tamanho reduzido da população indígena, sua dispersão e heterogeneidade, tornam, particularmente difícil, a implementação de uma política educacional adequada. Por isso mesmo, é de particular importância o fato de a Constituição Federal ter assegurado o direito das sociedades indígenas a uma educação escolar diferenciada. (BRASIL, 2002, p. 30)

O referido Plano Nacional de Educação norteará as ações da União, dos estados e dos municípios, por uma década e deverá cumprir os direitos estabelecidos na LDB e na Constituição Federal. De acordo com o Artigo 2º, da Lei 10.172, os estados e municípios devem elaborar seus Planos correspondentes, em consonância com o Plano Nacional.

Nesta perspectiva, a educação escolar indígena, almejada por muitos povos indígenas, que veem na educação, um instrumento de luta e valorização de sua cultura, ainda não venceu os desafios de superar o descompasso entre os governos Federal, Estadual e Municipal e a distância existente entre a legislação e as políticas implementadas para a melhoria da educação.

Constata-se que a educação escolar indígena ainda não adquiriu o “status” de prioridade na agenda política dos governantes; pois é evidente a resistência, por parte do poder público, ao assumir suas responsabilidades. Sabe-se da complexidade que envolve a educação escolar indígena e dos desafios a ser enfrentados, diante da falta de vontade política, seja dos poderes públicos, das elites e dos vários segmentos sociais.

Portanto, inúmeros desafios devem ser superados para que se efetive, na prática, a escola preconizada pela legislação, de modo que as escolas em áreas indígenas estejam a serviço desses povos, no que refere aos projetos de futuro dessas etnias. As comunidades indígenas estão tendo um maior amparo legal na área educacional e na preservação da sua cultura e de sua tradição. Através desse contexto, pode-se perceber uma preocupação em preservar a identidade e a culturas dessas comunidades que deve receber uma educação de qualidade e a supremacia do conhecimento.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA: É PRECISO ENSINAR

2.1 O ENSINO DIFERENCIADO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA

A educação escolar indígena específica e diferenciada vem sendo construída por diversos povos indígenas do país desde a promulgação da Constituição Federal (1988), marco de sua conquista pelo direito à diferença. O contato dos povos indígenas com a educação escolar remonta ao período colonial, quando missionários jesuítas vieram às Américas com o intuito de conquistar novos fiéis para a Igreja Católica.

Ao longo dos três primeiros séculos de colonização, além dos jesuítas, diversas outras ordens religiosas vieram ao Brasil com o mesmo objetivo, utilizando-se de práticas catequizadoras e escolares para civilizar os índios e preparar mão-de-obra para trabalhar no projeto colonial.

Em 1991, as escolas indígenas, que até então estavam vinculadas à FUNAI e, portanto, ao Ministério do Interior, passaram para o Ministério da Educação. A partir daí desencadeou-se um movimento forte de afirmação da educação escolar indígena, por meio de leis, da criação de setores específicos para a gestão dessa modalidade de escola e do envolvimento de lideranças, professores e intelectuais indígenas na condução desse processo. Criou-se um aparato legal que ampara a educação escolar indígena, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI).

O Parecer 14 e a Resolução n. 003 do Conselho Nacional de Educação⁴ e o Plano Nacional de Educação . Segundo este novo modelo de educação escolar indígena, a escola deve ser comunitária, intercultural, bilíngue, específica e diferenciada (BRASIL, 1998). Comunitária porque a participação da comunidade em todo o processo pedagógico é fundamental para a construção da escola: na definição dos objetivos, dos conteúdos curriculares, do calendário escolar, da pedagogia, dos espaços e momentos da educação escolar. Intercultural pois a escola deve reconhecer e manter a diversidade cultural e linguística de sua comunidade, além de promover uma situação de comunicação entre experiências sócio-culturais, linguísticas e históricas diferentes. Bilíngue visto que deve ensinar o português, para possibilitar o diálogo com o mundo não indígena que os rodeia, mas, principalmente, a língua materna da comunidade indígena – para garantir a sua manutenção e, sobretudo, porque é por meio da língua originária que se expressa e se manifesta a cultura. Específica e diferenciada porque deve ser concebida e planejada como reflexo das aspirações particulares de cada povo indígena e com autonomia em relação à construção de sua escola.” (LOPES DA SILVA; FERREIRA, 2001, p. 10).

Cada povo deve ter o direito de pensar a sua escola. Diferente do que historicamente aconteceu na escolarização indígena e mesmo na ocidental, que sempre buscou homogeneizar as pessoas, a escola indígena específica e diferenciada vem com uma proposta inovadora de respeito às diferenças e às diversidades.

D'Angelis (2005) confirma essa tendência: [...] os professores indígenas só alcançam a verdadeira compreensão de que sua língua é efetivamente uma língua, em tudo organizada, regrada e complexa como a língua portuguesa (ou outra língua européia), quando passam a analisá-la com a mesma nomenclatura e minúcia que viram ser aplicada ao português, em sua experiência escolar. O impacto disso na auto-estima chega a ser evidente (D'ANGELIS, 2005, p.. 40).

Destaca-se que o referido linguista defende que o letramento na língua indígena é indispensável para sua sobrevivência. Explica-se que é preciso fazer frente à perda de espaços para a língua portuguesa, garantindo ou criando para a língua indígena, funções e usos sociais relevantes e prestigiados, como o desenvolvimento da escrita.

Outros linguistas e antropólogos são contrários ao uso da escrita das línguas indígenas, porque pensam que a introdução dessa prática pode representar uma ameaça às formas tradicionais de transmissão dos conhecimentos e da memória histórica. Acredita-se que a escrita é um meio de ocidentalização e pode acarretar um desinteresse pela tradição oral e levar à criação de desigualdades no interior da sociedade, por exemplo, entre indivíduos letrados e não letrados.

2.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E VISÃO DE REALIDADE

O processo educacional sempre foi alvo de constantes discussões e apontamentos que motivaram sua evolução em vários aspectos, principalmente no que tange a condução de metodologias de ensino por nossos educadores e a valorização do contexto escolar formador para nossos alunos. Essa percepção da realidade do aluno requer um direcionamento prático de acordo com as especificidades de cada um dos atores educacionais. Isso significa dizer que tanto os professores, alunos, técnicos educacionais e agentes envolvidos no processo de ensino- aprendizagem são muito importantes nesse direcionamento metodológico necessário no espaço educacional. Gadotti (2000), afirma que,

Enraizada na sociedade de classes escravista da Idade Antiga, destinada a uma pequena minoria, a educação tradicional iniciou seu declínio já no movimento renascentista, mas ela sobrevive até hoje, apesar da extensão média da escolaridade trazida pela educação burguesa. A educação nova, que surge de forma mais clara a partir da obra de Rousseau, desenvolveu-se nesses últimos dois séculos e trouxe consigo numerosas conquistas, sobretudo no campo das ciências da educação e das metodologias de ensino. O conceito de “aprender fazendo” de John Dewey e as técnicas Freinet, por exemplo, são aquisições definitivas na história da pedagogia. Tanto a concepção tradicional de educação quanto a nova, amplamente consolidadas, terão um lugar garantido na educação do futuro. (GADOTTI, 2000, p. 04).

Assim, diante de inúmeras transformações sociais, onde informações e descobertas acontecem em frações de segundo, o processo de desenvolvimento da escola entra na pauta como um dos mais importantes aspectos a serem discutidos neste processo, pois é nela que são promovidas as mais importantes formulações teóricas sobre o desenvolvimento cultural e social de todas as pessoas, inclusive da etnia indígena.

Muitas vezes, o modo da escola se organizar e funcionar emerge em dois sintomas que, pela sua persistência e agravamento, manifestam uma situação persistente a que importa encontrar alternativas: o insucesso e a indisciplina, temas recorrentes do discurso político e da vivência das escolas e professores, que importa naquilo que traduzem de desencontro entre uma instituição e a sua função social, sinal de alarme face a uma escola que esbarra na sua própria ineficácia, com custos gravosos para todos, nomeadamente os profissionais docentes

Dessa forma, o aspecto educacional acaba tomando um lugar central na busca de perspectivas que possibilitem uma nova prática na escola, envolvendo principalmente os agentes que conduzem o ambiente escolar, transformando o ensino em parte integrante ou principal na motivação dessas transformações.

Como educadores não devemos identificar o termo informação como conhecimento, pois, embora andem juntos, não são palavras sinônimas. Informações são fatos, expressão, opinião, que chegam as pessoas por ilimitados meios sem que se saiba os efeitos que acarretam. Conhecimento é a compreensão da procedência da informação, da sua dinâmica própria, e das conseqüências que dela advem, exigindo para isso um certo grau de racionalidade. A apropriação do conhecimento, é feita através da construção de conceitos, que possibilitam a leitura crítica da informação, processo necessário para absorção da liberdade e autonomia mental. (CASTRO, 2004, s/p)

Diante disso, a prática pedagógica dos agentes educacionais no momento atual, bem como a condução do processo ensino-aprendizagem na sociedade contemporânea, precisa ter como primícias a necessidade de uma reformulação pedagógica que priorize uma prática formadora para o desenvolvimento, onde a escola deixe de ser vista como uma obrigação a ser cumprida pelo aluno, e se torne uma fonte de efetivação de seu conhecimento intelectual que o motivará a participar do processo de desenvolvimento social.

Mediante essa situação, o professor tende a passar não como mero receptor de informações, mas como idealizador de práticas que favoreçam esse processo. Trata-se, pois, de compreender a ação pedagógica em sua relação com a totalidade das ações humanas que, sempre tem repercussões éticas e políticas para a vida social, bem como a necessária dependência entre os saberes específicos e locais ao conjunto de saberes sociais e culturais.

A metodologia da problematização dá sua contribuição à educação, ao possibilitar a aplicação à realidade, pois desencadeia uma transformação do real, acentuando o caráter pedagógico na construção de profissionais críticos e participantes. Portanto, infere-se que o Arco de Maguerez alcança resultados que podem estar sugerindo o reiniciar de muitos outros arcos. A metodologia da problematização passa a ser mais que um método, pois leva à um exercício intelectual e social, que permite enxergar e transformar a realidade com maior criticidade (BERBEL, 1998, p. 123).

Neste sentido, pode-se afirmar que o método ativo é um processo que visa estimular a autoaprendizagem e a curiosidade do estudante para pesquisar, refletir e analisar possíveis situações para tomada de decisão, sendo o professor apenas o facilitador desse processo.

A ação didática integradora ganha sentido assim enquanto ação ético-política de promoção da integração, entre os saberes e práticas locais com as práticas sociais globais, bem como quando promove a compreensão dos objetos em sua relação com a totalidade social em que vive o cidadão

2.3 CURRÍCULO COMO DIRECIONAMENTO

O currículo é uma ferramenta que sempre será usada para aproximar-se do ambiente social e educativo. As instituições por intermédio do currículo desempenham um papel social indispensável aos alunos e ao seu desenvolvimento.

A aprendizagem e o currículo escolar têm o intuito de ampliação de novos conhecimentos e práticas pedagógicas que atendam uma clientela cada dia mais diversa, atualizada e com interesses bem distintos. Assim, a aprendizagem precisa ser vista como um processo formal e informal, no qual o sujeito é modificado à medida que se deixa influenciar pelas modificações do meio ao qual está inserido.

O ato de aprender como um processo sistemático, ocorre de maneira formal no espaço escolar, no qual o indivíduo tem a possibilidade de contato com uma educação praticada de forma ampla, sistemática, coletiva e social, em que serão oportunizados a criar e recriar novos conhecimentos ampliando seus valores culturais sociais e éticos. Skilbec (1994) enfatiza que,

O core curriculum consiste naquelas aprendizagens consideradas básicas e essenciais para todos: básicas porque oferecem um suporte sobre o qual as aprendizagens subsequentes podem construir-se e proporcionam o domínio das ferramentas metodológicas que permitem a cada um prosseguir a sua própria aprendizagem. São essenciais na medida em que apetrecham os aprendentes para uma participação satisfatória e efectiva na vida social e cultural. Trata-se daquela dimensão do currículo total que é genericamente comum a todas as escolas, definida em parceria pelos decisores centrais e locais, e depois reinterpretada por cada escola. (SKILBECK, 1994, p. 96)

Para que a aprendizagem escolar se concretize em conhecimento sistemático, chegou-se à conclusão de que seria necessária uma articulação entre o fazer e o que fazer ensinar o que e para que ensinar. Com base nestes questionamentos é que se tornou viável que seja seguida uma orientação palpável de como acontece o fazer pedagógico visando sempre a realidade do aluno.

O currículo escolar garante a instituição um rumo a ser seguido durante todo o ano, disciplinas, projetos didáticos e institucionais, faz com que os professores, pessoal de apoio, gestão estejam seguros do que vai acontecer no ano em questão, sem surpresas, tudo planejado, e ao mesmo tempo sujeito a mudanças, se necessário, pois o fato de ter traçado um norte, não significa que a escola não precisa mais sentar para tomar decisões, pelo contrário, torna-se ainda mais necessário, pois será aí que serão revistos e decidido o que precisa melhorar e o que precisa permanecer.

O termo currículo vem do latim curriculum que significa lugar onde se corre ou corrida, derivado do verbo currere que quer dizer percurso a ser seguido ou carreira. Neste sentido, o significado de currículo refere-se “a um curso a ser seguido, a um conteúdo a ser estudado”. (PACHECO, 2007, p. 48),

O termo Currículo provém da palavra Currere, de origem latina, que se refere à carreira, ou percurso realizado, que por sua vez dá-se por representação ou apresentação. Nesse sentido, entendemos por currículo escolar um relevante instrumento educacional, elaborado e pensado a cerca de proporcionar às instituições formais de ensino um eixo norteador do processo educacional, que visa propiciar uma educação sistemática e normativa para obedecer aos parâmetros educacionais legais.

Assim, pensando o currículo no âmbito escolar, Roldão (1999) diz que currículo é o núcleo que define a existência da escola. Nesta perspectiva, o mesmo não se refere a um simples rol de listagens de conteúdo a serem ministrados nos diferentes níveis de ensino.

Para tanto, entende-se que o currículo escolar como eixo norteador dos trabalhos da escola, tem grande importância, pois dá um norte para todos os seguimentos da escola, em que são um projeto de trabalho, que define conceitos, disciplinas, formas de desenvolver todos os processos pedagógicos, como projetos a serem desenvolvidos durante o ano letivo.

Neste sentido, o currículo deve ser encarado a oportunizar conhecimentos e aprendizagens sistematizadas para que possamos ter de fato uma escola que eduque e seja capaz de transformar nossos educandos em sujeitos ativos. É necessário também, antes de tudo, buscar orientações a cerca da qualificação docente. Haja vista que tem-se docentes qualificados e um ambiente escolar favorável, com certeza haverá educandos preparados e aptos a atuar na busca de sua própria transformação em todos os aspectos.

[...] as preocupações com relação ao currículo, como objeto de estudo, tiveram início por volta de 1920, nos Estados Unidos, tendo ligação com o processo de escolarização em massa e com a industrialização crescente. Esta preocupação vinha de indivíduos ligados a administração da educação e era “voltada para a racionalização do processo de construção, de desenvolvimento e de testagem de currículos” (HORNBERG E SILVA, 2007, p. 61).

Neste sentido, o Currículo escolar é um relevante instrumento educacional pedagógico, elaborado e pensado a cerca de proporcionar às instituições formais de ensino um eixo norteador do processo educacional. O Currículo escolar é uma organização que se fez necessária a partir do surgimento da escolarização em

massa, na qual se percebeu a necessidade de uma padronização do conhecimento a ser ensinado e direcionado.

Na realidade, por ser uma proposta norteadora do processo educativo, se transforma no eixo principal da escola, o espaço central em que atua-se. Haja vista que é com base neste norteado escolar, que planeja-se as práticas educativas, objetivando oportunizar aos educandos alcançar uma educação de qualidade em que sejam permitidos facilitar todo o processo educacional que visa a sua formação integral preparando-os para os desafios educacionais, sociais, morais, culturais e econômicos.

[...] no Brasil, o currículo tornou-se palco de lutas, de opções, de escolhas (ainda que limitadas), muitas vezes apressadas, outras vezes extremamente criteriosas, muitas vezes democráticas, outras autocráticas e impositivas – tudo porque as escolas, em todos os níveis do ensino público e privado, se vêem diante do imperativo legal de produzir seus projetos político-pedagógicos. (BERTICELLI, 2005, p. 25).

É nesse pensar sobre as práticas pedagógicas inovadoras que o professor deve se tornar o mediador desse processo de construção que o educando necessita de fato aprender. Lembrando que é no cotidiano escolar que o grande desafio nos é proposto a todo o momento, em que temos que estar preparados para saber que decisões e /ou mediações o professor mediador deve proporcionar aos seus educandos, mediante as indefinidas situações de aprendizagens que surgem durante todo o processo.

Numa sociedade de componentes diversos, de perspectivas e anseios diferenciados, na qual a busca pela realização pessoal, social e econômica nos transformam cada vez mais em indivíduos exigentes, complexos e insatisfeitos, atua-se para dar certo.

Nesse sentido é que se torna imprescindível o preparo e afinidade do professor com o seu fazer pedagógico, afim de que esteja apto a atuar nessa sociedade que sofre com as influencia e é influenciada pelos indivíduos que nela atuam. Conforme Arroyo(2007),

(..) as propostas curriculares nacionais não são conteúdos prontos que devem ser repassados para os educandos, porque essas propostas devem ser construídas de acordo com uma seleção de “conhecimentos, valores, instrumentos da cultura em contextos e práticas sociais e culturais”. (ARROYO, 2007 p. 5).

Considera-se que é preciso buscar compreender qual é a função do currículo dentro do ambiente escolar, a partir da revisão de literatura foi possível perceber que ao longo da história que este foi se alterando e adquirindo novos significados. Hoje, como aponta a literatura examinada, existem várias concepções de currículo. É preciso preparação, competência, compromisso e disponibilidade para atuar de forma satisfatória no momento de construção e organização do currículo escolar, haja vista que, como já dito anteriormente o currículo é considerado o eixo temático central do fazer pedagógico, é um documento planejado e orientado pelas secretarias de educação estaduais e municipais que norteiam o trabalho das escolas.

Dessa forma, estar em plena sintonia entre os anseios dos educando, dos professores e de toda a sociedade em geral, uma vez que, é com base no currículo que se decide toda a vida escolar do sujeito que pretendemos formar.

Participação propriamente dita é a partilha do poder, a participação na tomada de decisões. É nesse sentido que a escola deve aprimorar a sua ação, e, para que isso ocorra, alguns pressupostos são necessários; incentivar os momentos coletivos de reflexão sobre os rumos da escola, diálogo permanente, estímulo a que todos participem, não somente ouvindo, mas principalmente falando, comentando, dando sua parcela de contribuição aos momentos organizados coletivamente (SOARES, 2011, p. 117).

Assim, faz-se necessário, a participação de todos os segmentos da escola na tomada de decisões a cerca da formulação e construção do currículo, e que haja um consenso entre os envolvidos de forma geral, professores, alunos, e toda a comunidade escolar. Participação essa imprescindível, para que se tenha condições de torná-lo flexível a ponto de ser inserido e ou acrescentado com o intuito de dar o suporte necessário para uma prática inovadora, comprometida e comprometedora que venha de fato propiciar ao educando uma formação transformadora capaz de superar as exigências educativas sociais políticas e econômicas atuais.

3 O ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA: ANÁLISE NA ESCOLA EMIEIF PATUAZAL EM JACAREACANGA – PARÁ

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A EMEIF “Missão São Francisco” na aldeia Patuazal, no município de Jacareacanga-Pará, cuja nomenclatura é EMEIF - Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental (Escola Pública Municipal) Rio Cururu Centro Jacareacanga - PACEP: 68195-000. J

Está localizada à margem esquerda do rio Cururu, afluente direito do rio Tapajós, onde foi iniciada em julho de 1911, quando Fr. Hugo Mense e Fr. Luís Wand, OFM, após viagem de sessenta dias, aportaram na região da Missão Velha, situada à margem direita do rio Cururu.

Funciona com a Educação Fundamental especificamente com alunos indígenas, primando sua cultura e especialmente da língua materna; onde também é ministrada a Língua portuguesa como uma segunda língua.

Objetiva o letramento em todas as áreas educacionais, cujo currículo está interligado aos costumes do povo indígena; como também prima pelo desenvolvimento integral da etnia, voltada para os anseios sociais.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Gil (2002) para iniciar efetivamente uma pesquisa é necessário um levantamento bibliográfico preliminar pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do pesquisador com a área de estudo no qual está interessado, bem como sua delimitação, essa familiaridade é essencial para que o problema seja formulado de maneira clara e precisa. É necessário se aprofundar no assunto e se familiarizar, ter entendimento do que se trata o conteúdo proposto durante a pesquisa, pois, com uma pesquisa bem elaborada o resultado será significativo.

Posteriormente, para se chegar aos resultados, ocorreu uma pesquisa de campo na qual para um levantamento sobre do ensino da história da educação indígena em sala de aula, feito por meio de questionário. Assim, o autor Michel (2005, p. 37) entende que a pesquisa de campo serve para comparar a analisar

como a teoria se comporta na prática, ou até mesmo, para prova que uma tese está certa.

O autor citado também apresenta algumas características de uma pesquisa de campo que segundo ele, é utilizada para conseguir informações e/ou conseguir acerca de um problema; não se limita à simples coleta de dados, que é uma de suas fases, mas requer outros procedimentos; caracteriza-se pela coleta de dados no ambiente real.

Buscou responder às questões norteadoras: De que maneira a história da educação indígena é ensinada na sala de aula? Como as crianças são ensinadas sobre a história dos índios nas escolas? Como contribuir para um ensino da História da Educação Indígena de modo considerando um ponto de vista sem estereótipos?

Os objetivos consistiram em investigar o processo do ensino da história da educação indígena na escola pesquisada; Perceber como a educação escolar indígena é tratada na escola; Compreender as metodologias do ensino da história da educação indígena na escola; Propor sugestões e metodologias de aplicação da educação escolar indígena nas escolas.

Para chegar-se aos resultados esperados, ocorreu a coleta e análise de dados, as discursões e comentários, as propostas contribuintes e a conclusão de todo o trabalho.

O presente estudo foi realizado na escola EMIEIF Patuazal em Jacareacanga – Pará, no período de outubro de 2020, em que os sujeitos das pesquisas foram professores da referida escola. Os dados foram coletados por meio de questionários elaborados, através de entrevistas, com coletas e análises de dados com discussão sobre as respostas, para que se entenda sobre a educação escolar indígena na referida escola.

3.3 PERFIS DOS ENTREVISTADOS.

Para a realização da pesquisa, foram entrevistados três professores que trabalham na escola, todos do sexo masculino e com idade de trinta e três, trinta e seis e trinta e oito anos. Todos são graduados com Licenciatura em Pedagogia. Ainda não estão Pós- Graduados.

O tempo de trabalho na escola consta de quatro e catorze anos. Apenas um professor trabalhou em outra escola e um, já exerceu a profissão de Agente Indígena de Saúde.

3.4 ANÁLISE DA PEQUISA COM OS PROFESSORES

A educação escolar é hoje uma realidade para milhares de indígenas no Brasil. É específica e diferenciada e, atualmente, vem sendo construída por diversos povos indígenas do país desde a promulgação da Constituição Federal (1988), como um marco de sua conquista pelo direito à diferença. Por isso, para finalizar esse trabalho, foi necessário investigar professores que trabalham na instituição, a qual iniciou-se com a questão da importância da história da Educação indígena na escola. Para iniciar a investigação, perguntou-se sobre a importância do ensino de História na educação indígena.

Quadro 1- Qual a importância do ensino da história da educação indígena, na escola? **Fonte:** Professores EMIEIF Patuazal em Jacareacanga – Pará/2020

PROFESSOR (A)	RESPOSTAS
P1	É importante por que podemos conhecer a história do “karosakaibu”.
P2	A importância de ensinar história na sala de aula, por que através dela, resgatamos os nossos conhecimentos que foram esquecidos lá atrás. Por isso, o Ensino da História é muito importante nas escolas indígenas.
P3	O Ensino da história NA Educação indígena é necessário, por que a partir do contato inter étnico não somente sofreu alteração, como também a cultura. Porém, a educação indígena deixou de ser praticada como antigamente. Atualmente a escola tem obrigação de contribuir neste aspecto.

Conforme os professores entrevistados, a importância do ensino de História na escola indígena é relevante por que por meio dela que se resgata os conhecimentos que foram esquecidos, como também é necessário conhecer a história da etnia, como também a prática educativa que difere da antigamente.

Na realidade, o estudo da disciplina “História” é importante porque proporciona condições de entender as estruturas econômicas, sociais, políticas, religiosas, ideológicas e jurídicas da sociedade em que se vive e especialmente quando aborda a indígena.

Assim, a partir do estudo do passado pode-se entender o processo de transformação da natureza, realizado pelo acúmulo de conhecimento dos homens, e

que possibilitou mudanças substanciais no modo de vida da humanidade e no próprio homem, além de abrir horizontes de transformações em sociedade atual, que exige diversas situações necessárias para viver-se.

É preciso entender que História é a ciência responsável por estudar os acontecimentos passados. Esse estudo, no entanto, não é feito de qualquer maneira, pois o historiador, em seu ofício, deve colocar em prática uma análise crítica do seu objeto de estudo, a fim de racionalizar a conclusão sobre os acontecimentos investigados e onde pretende chegar.

A disciplina é fundamental no cotidiano de qualquer cidadão, especialmente de estudantes, já que seu estudo é contínuo. Há de se ter a consciência que interfere diretamente na história, de que seu estudo é vivo e tem impacto na vida do homem. Desde roupas que se usa, idioma, músicas e tudo o que cultural para o homem, está ligado pela história. Prosseguindo a pesquisa, a questão do que é preciso ensinar na escola indígena.

Quadro 2- Do seu ponto de vista, por que é preciso ensinar a história indígena na escola? **Fonte:** Professores EMIEIF Patuazal em Jacareacanga – Pará/2020

PROFESSOR (A)	RESPOSTAS
P1	A história do Karosakaybu bem interessante, homem habilidoso que criou todos, como o Tapajós, animais, ser humano e várias espécies de seres vivos.
P2	Na minha concepção, ensinar história na escola indígena serve para fortalecer a cultura, o direito às crenças e eventos espirituais, etc...
P3	É preciso, por que a história faz parte de nossa educação, portanto, o ambiente escolar nas aldeias, serve para grande estímulo e também resgate da história da educação indígena. É importante por que a história é a base da cultura e deve ser preservada e valorizada. E também por que atualmente corre o risco de perder a identidade por conta de indução de outras culturas e valores ocidentais.

Ao serem interrogados por que é preciso ensinar História na escola indígena, os entrevistados responderam que pode por ela, conhecer a história de um home que deu a identidade aos karosakaibu, por ser exemplo de habilidade.

Também afirmaram que serve para fortalecer a cultura, valores e crenças, como reforçaram que faz parte da educação indígena, conhecer os aspectos a eles pertencentes. Reforçaram que a história preserva a cultura, que deve ser reservada, pois corre o risco de ser perder por outras culturas presentes e repassadas.

Na sociedade atual, entende-se que a ideia de que o ensino de história deve oportunizar a formação para a cidadania, tendo em vista a preservação da ordem democrática. Antes, era explicada por meio das lutas sociais e não pela construção do Estado. Novas fontes de aprendizagem, como visitas a museus e exposições, foram incorporadas com o objetivo de fazer o aluno pensar e não apenas decorar o conteúdo. Deveria-se compreender que a história está sempre registrada por meio de objetos e outras fontes diversas.

[...] o objetivo fundamental da História no ensino fundamental, é situar o aluno no momento histórico em que vive [...]. O processo de construção da história de vida do aluno, de suas relações sociais, situado em contextos mais amplos, contribui para situá-lo historicamente em sua formação social, a fim de que seu crescimento social e afetivo desenvolva-lhe o sentido de pertencer. (Zamboni, 1993, pág.7)

O estudo histórico desempenha um papel importante, na medida em que contempla pesquisa e reflexão da relação construída socialmente e da relação estabelecida entre indivíduo, grupo e o mundo social. Nesse sentido, o ensino de “História” poderá fazer escolha pedagógica capaz de possibilitar ao aluno refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas e relacioná-los com a problemática histórica inerente ao seu grupo de convívio, à sua localidade, à sua região e à sociedade nacional e mundial, como também na realidade indígena.

A construção de noções modifica a maneira como o aluno compreende os elementos do mundo e as relações que esses elementos estabelecem entre si, na medida em que o ensino de História lhe possibilita construir noções, proporcionando mudanças no seu modo de entender a si mesmo, entender os outros, as relações sociais e a própria História como um todo.

Neste sentido, o ensino de História pode também possibilitar ao aluno reconhecer a existência da história crítica e da história interiorizada e a viver conscientemente as especificidades de cada uma delas. O estudo de sociedades de outros tempos e lugares pode possibilitar a constituição da própria identidade coletiva na qual o cidadão comum está inserido, à medida que introduz o conhecimento sobre a dimensão do outro, de outra sociedade, outros valores e mitos, de diferentes momentos históricos.

Atualmente, não se concebe o estudo histórico sem que o professor apresente diferentes abordagens do mesmo tema, fato ou conceito, iniciativa

importante para que o aluno perceba que, dependendo da visão e da intenção de quem conta a história, tudo muda, sob diversas óticas às relações estabelecidas pelos modos de produção, dos que estiveram no poder, dos grupos minoritários que habitam o local ou das manifestações culturais, entre outras possibilidades e pensamentos. Dando continuidade, a pergunta sobre o que deve ser ensinado na escola indígena a partir de sua realidade.

Quadro 3- Como disciplina diversificada, o que deve ser ensinado, na escola, de acordo com a realidade, sobre a história dos indígenas? **Fonte:** Professores EMIEIF Patuazal em Jacareacanga – Pará/2020.

PROFESSOR (A)	RESPOSTAS
P1	Na comunidade trabalha-se através de danças e cântico tradicional.
P2	Sim, por vários aspectos do cotidiano, da história do passado e do presente e olhar o futuro com suas modificações para o futuro dos estudantes universitários.
P3	Importante que tenha o método de ensino voltado a realidade específica de cada comunidade. Com o currículo, pois até o momento a história ainda está fora do currículo e é pouco ensinado na escola, é importante que os docentes também tenha, metodologias voltadas para a realidade indígena, principalmente nas disciplinas de geografia, história, ciência e matemática, por que tudo é muito difícil..

Ao serem interrogados como a disciplina História deve ser ensinada na escola indígena, os entrevistados responderam que através de danças e cânticos tradicionais; que é uma visão de passado, presente e um olhar para o futuro, a estudantes universitários.

Afirmaram também que por meio de método voltado para a realidade específica da etnia. E que até o momento não há a disciplina no currículo e é pouco ensinada na escola. Enfatizaram que é preciso metodologias voltadas a partir da realidade dos alunos indígenas, principalmente condizentes à outras disciplinas para facilitar o aprendizado.

A educação escolar indígena no Brasil foi imposta aos povos originários desde os primórdios da colonização, com o intuito de catequizá-los e civilizá-los. É importante compreender por que as comunidades indígenas vêm requisitando a educação escolar, uma modalidade de ensino que vem crescendo em todos os níveis.

Mediante isso, diferente de outros momentos históricos, nos quais alguns grupos indígenas buscaram isolar-se como forma de resistência, hoje a maioria

deles mostra-se e atua num movimento de reafirmação das identidades e num processo intenso de diálogo com a sociedade nacional, valorizando a comunitária.

Quando os relatos orais forem registrados por escrito ou gravados em fitas e utilizados como material didático, os estudantes precisam aprender também a reconhecer que, apesar de existir a possibilidade de essa versão ser registrada, lida e relida, isto não significa que ela deve ser usada pra fixar definitivamente uma memória. O registro de relatos não deve servir para interromper o processo de permanente reconstrução de seus significados. (RCINEI, 1998, p. 209)

Na realidade, dominar seus códigos se tornou imprescindível para a manutenção dos povos indígenas e por isso, a escola passou a ser vista como uma estratégia de afirmação étnica. Ela possibilita o contato com conhecimentos e saberes do mundo não indígena, tornando-o mais compreensível e permite que, de posse desses novos instrumentais, os povos indígenas possam lutar por seus direitos de forma mais simétrica, apreendendo o sistema de vida ocidental, mas mantendo e afirmando seus modos próprios de educação.

Diante dessa possibilidade, pode-se compreender esse momento, inserido num movimento mais amplo de organização dos povos originários de toda a América, em que o reconhecimento dos seus direitos deve-se também à educação escolar e ao conhecimento diversificado. Prosseguindo, perguntou-se a forma de ensinar História na escola indígena.

Quadro 4- De que maneira a história da educação indígena é ensinada na escola? **Fonte:** Professores EMIEIF Patuazal em Jacareacanga – Pará/2020.

PROFESSOR (A)	RESPOSTAS
P1	Por meio de historiador, por exemplo anciãos e anciães, pais de alunos, mães, pajés, parteira, puxador.
P2	Sim nas escola indígenas têm vários métodos de ensinar através de músicas, danças, o professor deve convidar um sábio para falar da história, em rodas de conversas, junto com os alunos.
P3	Através de conteúdos escritos, rodas de conversas com os alunos sobre a importância de valorização da história indígena, através de exposição de cenas e imagens de grandes personagens da história, etc.

Conforme as respostas dos investigados sobre a maneira de como a história é ensinada na aldeia, afirmaram que é ensinada por meio de historiadores, demais recursos humanos existentes na aldeia, como pajés, anciões, pais e demais.

Também é repassada por meio de danças, músicas, conversas com alunos e conteúdos escritos, exposição de imagens, cenas e outras personagens históricas.

Quando refere-se à escola indígena, a habilidade de atribuir significado aos temas estudados na disciplina aparece como a característica mais importante ao professor de história nos relatos dos colaboradores, pois estes são específicos. Conhecer seu lugar nessa história estaria associado ao primeiro passo de um entendimento mais amplo da sociedade como um todo, em suas características discriminatórias refletidas na importância concedida aos grandes homens.

A situação do ensino atual de História é dramática. É grande o índice de evasão e repetência de alunos. Nas salas de aula, a maioria deles demonstra apatia, indisciplina e desinteresse, porque não conseguem ver aplicabilidade a sua vida nem a sua formação nas atividades escolares propostas. Não é assim na realidade indígena, que precisa desse aparato em seu currículo.

É interessante perceber como ele constrói sua metodologia a partir das necessidades dos seus alunos. Falar mais devagar, abrir espaço às estratégias que não sejam meramente voltadas à leitura ou interpretação de texto, envolvimento dos alunos na construção do cronograma, com uma “sensibilidade pedagógica” construída nos anos de profissão.

O ensino é um processo dinâmico e necessita adaptar-se às diversas realidades. Como professores, pode-se renová-lo, considerando o universo do aluno, estímulo à oralidade, a produção textual e a análise dos documentos; partir de conteúdos estruturantes para que os educandos possam realizar articulações entre a sua individualidade e a história coletiva; saber identificar com clareza o esgotamento ou a necessidade de aprofundar um tópico; discutir com o aluno o que se ensina, por que se ensina e onde se quer chegar com esse ensino.

Diante disso, o aluno precisa entender que, o conhecimento histórico é um meio para compreender o mundo, as questões da atualidade, suas origens, as diferentes explicações para um fato e que o conhecimento histórico não é uma verdade acabada. É que é necessário questionar, levantar hipóteses, comparar, relacionar para entender as diferentes abordagens, para a sua apropriação. Continuando, a questão que trata dos recursos metodológicos para o ensino de história na escola.

Quadro 5- Que recursos metodológicos são utilizados para o ensino da história dos índios em sala de aula? **Fonte:** Professores EMIEIF Patuazal em Jacareacanga – Pará/2020.

PROFESSOR (A)	RESPOSTAS
P1	Por meio de entrevistas, aprendemos e repassamos aos nossos alunos.
P2	É ensinada por meio de rodas de conversas, vídeo, aulas fora da escola para conhecerem alguns vestígios da cultura e trabalhar a pesquisa para que ele descubra a história de sua gente.
P3	São utilizados vários tipos de recursos, como o uso de livros didáticos e através de entrevistas com os anciãos, vídeos, através de pintura do quadro e os próprios recursos da natureza.

Quanto aos recursos metodológicos para o ensino de história em sala de aula, os investigados afirmaram que utilizam-se de entrevistas para repassarem aos alunos, rodas de conversas, vídeos e aulas extra-classe, com pesquisas para descobertas de suas histórias. Usam o livro didático e recursos naturais, como também vestígio da etnia.

A escola, sendo uma instituição criada para moldar, divulgar e legitimar determinados conhecimentos e que, primordialmente, serve para a apreensão da cultura escrita, torna-se um complexo informativo de difícil identificação por parte da sociedade indígena e é preciso considerar os próprios desafios que o ensino de História tem enfrentado nos últimos anos, especialmente para essa etnia.

Vive-se nessa ultimamente, um momento de redefinição dos paradigmas que sustentam o conhecimento histórico, com a abolição dos temas legitimadores de determinados setores da sociedade, cujas seleções temáticas se fundamentavam em concepções positivistas sobre o tempo e seus referenciais de mudanças muito repentinas.

Assim, os métodos tradicionais de ensino, os livros didáticos, os textos simplificados, os conteúdos carregados de ideologias, os testes ou exercícios sem exigência de nenhum raciocínio passam a ser questionados com maior ênfase. Cerri (2004) reflete entre o que é ensinado e o que não é ensinado, entre o currículo prescrito e o aprendizado do estudante, interpõem-se fenômenos como currículo oculto, os condicionamentos específicos de cada escola e de cada sala de aula, que produzem o currículo realizado, distinto daquele que se prescreveu e planejou.

A estruturação curricular é responsável por possibilitar e viabilizar o processo de ensino e aprendizagem. O ato de planejar a escola e o ensino requer dos educadores a reflexão e mobilização em torno da definição de valores,

princípios, significados e concepção de educação e das práticas inerentes ao espaço escolar.

Em dimensão mais ampla, o planejamento escolar requer integralização e articulação das ações educativas norteadas pelo projeto político-pedagógico. As transformações no nível da história, enquanto área científica, têm sido transpostas para o ensino, afetando tanto os conteúdos como os métodos tradicionais de aprendizagem. Prosseguindo, a pergunta sobre a contribuição para o ensino de História sem estereótipos.

Quadro 6- Como contribuir para um ensino da História da Educação Indígena de modo a considerar um ponto de vista sem estereótipos, de forma científica? **Fonte:** Professores EMIEIF Patuazal em Jacareacanga – Pará/2020.

PROFESSOR (A)	RESPOSTAS
P1	Através de imagens, mitos, ao mesmo tempo contar a história da educação.
P2	Publicação de livros com citações que conta a história da vida e convivência e suas experiências vividas.
P3	A importância da pesquisa científica sobre a história da educação pode contribuir muito, pois a divulgação sobre a história indígena de modo geral é pouca e a sociedade não conhece muito sobre indígena e portanto, tem a percepção ancestrais sobre os índios.

Segundo os pesquisados, pode-se contribuir com a história da educação indígena, com publicações de livros da história da etnia, por meio de imagens e mitos, através de pesquisas científicas para divulgar a história da etnia que poucos conhecem e apenas asseguram-se com os conhecimento ancestrais.

Nesta questão, é preciso trabalhar, especificamente a identidade étnica. Cabe ao professor de História ensinar práticas com os mecanismos de que dispõe no ensino de sua disciplina, questionando matérias jornalísticas como de revistas, sites, televisão, jornais, dentre outros recursos, propondo discussões sobre interculturalidade, vivência cultural ou refutando determinadas atividades escolares, verdadeiros rituais pedagógicos, que reproduzem estereótipos e produzem desinformação sobre povos indígenas.

No entanto, é preciso retomar as questões referentes à concepção de história, compreendendo os povos indígenas como sujeitos históricos dentro da história do Brasil, como participantes e construtores de uma história de luta e de muitas conquistas.

[...] as diferentes formas de expressão identitária não podem ser vistas como essencialmente contrapostas ou adversas, sob pena de transformarmos a sala de aula em palco para acerto de contas. Disso decorre a possibilidade – livre e democrática – de emergência de formas identitárias negadas – como as negras e indígenas – através da ação educativa. Porém, esse pressuposto não implica que pela ação educativa, venhamos a transformar a sala de aula em uma arena de (con)formação de consciências identitárias. (PEREIRA, 2012, p. 316).

Mediante isso, sendo a produção da identidade e da diferença um território disputado, o ensino de História pode e deve inserir outras narrativas que subvertam a estabilidade das representações dominantes, que questionem os mecanismos e instituições de reprodução dessas identidades, que estimulem o desequilíbrio que possibilita a transformação e obtenha a mera reprodução em educação, possibilitando pensar os povos indígenas como sujeitos históricos no presente e no passado, condição precípua para romper a invisibilidade indígena no passado e no presente.

Quanto à essa situação, o ensino de história indígena no âmbito escolar pode, potencialmente, contribuir para ampliar essa perspectiva temporal possibilitando melhor compreensão dos arranjos sócio históricos e intervenções mais consequentes no presente e no entanto, sempre resvala-se no ardil da mitificação de novos personagens, datas e fatos, à guisa de uma suposta conscientização. Atualmente precisa-se de conhecimentos sistematizados que instruem, eduquem e transformem, simplesmente. Dando continuidade à pesquisa, a questão sobre a participação dos pais quanto ao repasse da história de sua etnia aos filhos.

Quadro 7- Os pais repassam a História de seus povos aos filhos? Como? **Fonte:** Professores EMIEIF Patuazal em Jacareacanga – Pará/2020

PROFESSOR (A)	RESPOSTAS
P1	Repassam a seus filhos e netos, todas as manhãs e tarde, como acontece na pesca, caça, colheita de frutas e tinguejada.
P2	Ensinam oralmente através da pesca, da caça e da raça. Todas as histórias passam de pais para filhos, netos, bisnetos, etc
P3	Sim, através de contos e geralmente acontece oralmente e repassado de geração para futuras gerações.

Conforme o estudo, os pais repassam a história de seus povos de forma oral, ensinando sobre a caça, pesca, colheitas de frutas e tinguejada. Isso ocorre de geração para geração, por meio de contos e histórias.

A ação da família é, no entanto, uma ação complementar à da escola e a ela subordinada, porque se desconfia da competência da família para bem educar; na verdade, no mais das vezes, afirma-se que a família não consegue mais educar os seus filhos. A esse respeito, o grande problema, é que os pais não se interessam em participar da escola, pois dela estão afastados, por vários motivos, como o trabalho que sustentam os filhos.

É na família que o indígena recebe as primeiras lições de como pescar, proteger a natureza, caçar, nadar, conviver com os animais, plantar e colher, descobrir sua identidade como etnia que merece e deve ter seus direitos preservados e assegurados. Também é no ambiente familiar que as pais indígenas ensinam seus filhos suas estórias e a história de sua raça. Finalmente, abordou-se sobre as vantagens do ensino de História na escola indígena.

8- Fale das vantagens do ensino da história indígena da escola. **Fonte:** Professores EMIEIF Patuazal em Jacareacanga – Pará/2020.

PROFESSOR (A)	RESPOSTAS
P1	A história é muito interessante para orientar os alunos, sempre fortalecendo a nossa escola, sem história não funciona a educação tradicional. Por isso, não se esquece a realidade indígena.
P2	A história faz conhecer seu passado, algo que há muito tempo foi vivido por gerações de seus avós. Flutuar no passado era difícil, mas melhor do que hoje.
P3	A escola trouxe grande contribuição como autonomia e protagonismo, através da escola, os próprios indígenas aprenderam a registrar sua história, hoje em dia também os índios sabem procurar seus direitos e graças à escola os indígenas adquirem mais conhecimentos.

Quanto à entrevista, as vantagens do ensino da história indígena na escola é muito interessante, por que fortalece a escola, com a realidade da etnia. Pois essa realidade é algo que também já passou e voltar a ele, é receber contribuição com autonomia e protagonismo, uma vez que os indígenas procuram seus direitos, registram sua própria história e adquirem conhecimentos.

É correto afirmar que muito já foi feito em prol da educação escolar indígena, mas há ainda muito trabalho a cumprir. O professor tem um grande papel, o de fazer valer o direito ao ensino diferenciado, de forma a mediar os interesses do seu grupo com os da instituição ao qual pertence.

Nesse contexto, a escola indígena específica, diferenciada, multilíngue, para que se consolide, não necessita somente de professores que sejam indígenas e nem de estar em território indígena. É necessário que vá muito além do espaço

escolar, ou seja, como já citado, deve estar em constante diálogo com os anseios da comunidade. Sua prática pedagógica precisa aliar o conhecimento acadêmico-científico com os saberes próprios do seu povo, a ciência indígena, Jesus (2007) também ressalta que,

[...] no processo de ensino-aprendizagem o professor pode estruturar o vínculo entre o ensino e a pesquisa, conduzindo os alunos à problematização, à medida que assumem o papel ativo na investigação, produzindo conhecimento histórico na sala de aula a partir do olhar de um documento [...]"(JESUS, 2007, p. 99).

A construção do conhecimento por aparatos e estratégias metodológicas em sala de aula, dá uma maior liberdade para se pensar o conceito de fonte e também para produzi-las e utilizá-las na classe, de maneira que o professor oriente os alunos a interpretá-las de uma forma crítica, levando em conta o contexto de produção, quem as produziu e atendendo a quais interesses.

Portanto, entende-se que o ensino de História precisa deixar de ser entediante, desmotivado, tendo por finalidade tornar-se dinâmico e, principalmente, formar um aluno crítico. Este, por sua vez, precisa se situar nessa história e se tornar sujeito dela. O professor e sua prática pedagógica, nesse contexto, são fundamentais, pois é através dessa prática que o aluno terá contato com a história e sua teoria e, ainda, terá a oportunidade de perceber como esta se apresenta, influencia e determina o espaço em que ele está inserido, sem perder sua cultura e sim, enriquecendo seus conhecimentos em relação a esta.

3.5 PROPOSTAS CONTRIBUINTES

Atualmente, percebe-se a necessidade de um profissional atualizado e motivado para realizar uma nova prática educativa no ensino de História, que esteja apto a compreendê-la no seu fazer cotidiano, em que os sujeitos não sejam apenas agentes passivos diante da estrutura. Ao contrário, trata-se de uma relação em contínua construção, de conflitos e negociações em função de circunstâncias determinadas. Com a gritante revolução dos meios tecnológicos, o professor de história está sentindo a necessidade de mudanças urgentes. Para isso, buscou-se sugerir algumas estratégias para o ensino da disciplina.

1. Adequar o currículo de disciplinas obrigatórias à história da etnia.
2. Promover o aprendizado de forma pragmática

3. Utilizar- se de metodologias diversificadas para a aprendizagem eficaz de História indígena.
4. Efetuar pesquisas na aldeia para compreender a história do povo e etnia indígena.
5. Contribuir com a adequação do conhecimento assistemático na escola.

É extremamente importante que o ensino de história venha contribuir para o aperfeiçoamento do relacionamento em nossa sociedade e para a etnia indígena, pois essa provocação é sem dúvida, um dos grandes desafios da humanidade hoje, para que possa-se progredir rumo a um desenvolvimento social, baseado na justiça e respeito mútuo, superando as dificuldades a fim de entender-se e compreender o outro.

CONCLUSÃO

O ensino de história indígena nas aulas de História sempre foi uma temática recorrente, mas a forma de abordagem do tema por professores de História é uma problemática reforçada pela incipiente pesquisa historiográfica indígena, fato observado também na maioria dos livros didáticos de História.

Por isso, a partir desse estudo na EMEF Patuazal em Jacareacanga- Pará, percebeu-se que há a necessidade do ensino de história, por que assim, descobre-se mais sobre os ancestrais, sendo através dessa disciplina, que aprende-se e descobre-se a realidade em que viveram os ancestrais. Pode-se perceber que o ensino não está presente no currículo escolar indígenas, o que deve ser adequado de acordo com os professores que trabalham na aldeia.

Também constatou-se que há necessidade do ensino de história na escola, e as metodologias que utilizam-se, são diversificadas, a partir de entrevistas com anciãos da aldeia, à vídeos, uso de livros de história, pesquisas, aulas extra-classe, cantos, músicas e canções diversas e por meio de orientações aos usos de recursos da natureza como a colheita de frutos, a caça e a pesca. Ao pai repassam a seus filhos, ensinamentos sobre seus ancestrais.

A experiência de um professor de História leva a enfatizar a necessidade de uma forma contextualizada com o seu momento histórico e relacionada com o momento atual. Sempre que possível, estabelecer relações com o cotidiano do aluno indígena. Além das leituras em livros didáticos é importante que utilizarem sempre, como subsídios, artigos de revistas, reportagens de jornais, obras literárias, letras de música, filmes os quais vão auxiliar na sistematização do conhecimento, bem como no processo ensino aprendizagem.

Dessa forma, durante as aulas é indispensável à participação cooperativa dos alunos, sob orientação do professor, nas leituras debate, elaboração de sínteses, resenhas, seminários, e avaliações. Por isso, a complexidade do estudo conduz a um exercício de análise utilizando diferentes procedimentos metodológicos, tais como revisão bibliográfica da literatura especializada, considerando também a literatura da área de História, entrevistas, observações, e sessões reflexivas, possibilitando clarificar a construção e reconstrução do pensamento durante o processo ensino aprendizagem. A História é uma disciplina da história do próprio homem, enquanto ser humano que faz e transforma.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Antônio Armando Ulian do Lago. **Direito Indígena nas Constituições Brasileiras**, 1994.
- ARROYO, M. G. **Educandos e educadores, seus direitos e o currículo**. In: BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Indagações sobre o currículo do ensino fundamental**. 2007.
- BRASIL, Congresso Nacional. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação. 1988.
- Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL, Decreto nº 5.051. **Convenção nº 169 da OIT Sobre Povos Indígenas e Tribais: MEC/SEF**, 2002
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. Em aberto, v. 14, n. 63, p. 175-187, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. Em aberto, v. 14, n. 63, p. 175-187, 1998.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: Secretaria de educação fundamental, 1998.
- BERBEL, N. A. N. **Metodologia da problematização: experiências com questões de ensino superior**. Londrina: EDUEL, 1998.
- BERTICELLI, I. A. **Currículo como prática nas reentrâncias da hermenêutica. Educação e Realidade**. Vol. 30, nº. 1.pp. 23-48, 2005.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011
- CASTRO, A. H. **O professor e o mundo contemporâneo**. Jornal O Diário Barretos, opinião aberta, 08 jul 2004.
- CAVALCANTE, Luciola Ines Pessoa. **Formação de Professores na perspectiva do movimento dos Professores indígenas da Amazônia**. Revista Brasileira de Educação Jan/Fev/Mar/Abr n. 22, Manaus, 2003
- CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Tradição. Bruno Magne. Porto Alegre: Artemed, 2000.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Legislação Indígena no século XIX**. Comissão Pró- Índio de São Paulo. Editora USP 1992.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Línguas indígenas precisam de escritores? Como formá-los?**. Cefiel/IEL/Unicamp. Ministério da Educação, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Notas sobre a educação na sociedade tupinambá**, São Paulo: 1964.

FERREIRA, Mariana Kawal. **A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil**. In SILVA, Aracy Lopes da Silva e Ferreira, Mariana Kawal (orgs) **Antropologia, História e Educação: A questão indígena e a escola**. São Paulo: FAPESP/GLOBAL/MARI, 2001.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.

GRUPIONI, L. D. B. **Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil**. In: GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi. Brasília (org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade. 2000.

GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi. **A Educação Escolar Indígena no Plano Nacional de Educação. Subsídio para o I Encontro Nacional de Coordenadores de Projetos na Área de Educação Indígena**. Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena/ MEC, Brasília, 1997

GRUPIONI, Luis Donizete **Documento Técnico Consolidado: Estudos para regulamentar a lei 11.645**. Brasília- DF, 2012

HORNBURG, N. & SILVA, R. **Teorias sobre currículo: uma análise para compreensão e mudança**. Revista de divulgação técnico-científica do ICPG. Vol. 3, nº. 10, 2007.

JESUS, Naine Terena. Video nas (das) **Aldeias: o áudio visual e o ensino de História**. In: JESUS, Nauk Maria; CEREZER Osvaldo Mariotto; RIBEIRO Renilson Rosa. **Ensino de história: trajetórias em movimento**. Mato Grosso: UNEMAT, 2007.

LADEIRA, Maria Elisa. **Educação Escolar Indígena: Projetando Novos Futuros**. Acessado em 14/4/2020. <[<http://www.trabalhoindigenista.org.br/educ__indigena>>](http://www.trabalhoindigenista.org.br/educ__indigena)>

LOPES DA SILVA, Aracy; FERREIRA, Mariana Kwall Leal (orgs.). **Práticas Pedagógicas na Escola Indígena**. São Paulo: Global, 2001.

LOPES, Edinéia da Lopes. **As representações sociais acerca de reação química de um grupo de professores indígenas e a teoria da relação com o saber: algumas reflexões A disposição nos anais do II Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade (EDUCON)**, 2006. -campus UFS, São Cristóvão (SE), 2006.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MARIANO, Nayane Rodrigues Cordeiro. **A representação sobre os índios nos livros didáticos de História do Brasil**. 2006. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

MELIÁ, Bartomeu. **Educação Indígena na escola**. Cadernos Cedes, ano XIX, nº 49, p. 11-17, dezembro. 1999. Disponível em <<http://www.ipp.uerj/documentos/03pdf>>. Acesso em 15 de maio de 2020

PACHECO, M. M. D. R. **Currículo, interdisciplinaridade e organização dos processos de ensino**. Fundação Hermínio Ometto / Uniararas, 2007.

PEREIRA, Júnia Sales. **Do colorido à cor: o complexo identitário na prática educativa**. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MONTEIRO, Ana Maria (Org.). Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 30-45.

ROLDÃO, M. C. **Gestão escolar: fundamentos e práticas**. ME-DBE, 1999.

SKILBECK, M. The core curriculum. In: _____. The curriculum redefined: Schooling for the 21st Century. Paris: OECD, 1994. p. 95-100.

VALENTINI, Aline de Alcântara. **História e cultura indígena nas licenciaturas em História**: USP, UNESP/FCL-Assis, UNICAMP e PUC-SP. 2016. 279f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ZAMBONI, Ernesta. **O Ensino de História e a Construção da Identidade**. História-Série Argumento. São Paulo: SEE/Cenp, 1993.

APÊNDICES



**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
PORTARIA/MEC Nº. 2560 DE 15/09/03**

Este questionário é parte integrante do trabalho de Conclusão de Curso, intituladoo “Ensino da história na Educação Indígena”, do curso de Pedagogia da Faculdade de Itaituba- FAI.

QUESTIONÁRIOS PARA OS PROFESSORES

- Sexo: _____ Idade: _____.
- Professor: Indígena () Não- indígena ()
- Graduação em: _____.
- Pós- graduação: Sim () Não ()
- Quantos anos você trabalha na educação? _____.
- Tempo de trabalho nesta escola: _____.
- Já trabalhou em outra escola? _____.
- Já exerceu outra profissão? Qual? _____.

1. Qual a importância do ensino da história da educação indígena, na escola?

2. Do seu ponto de vista, por que é preciso ensinar a história indígena na escola?

3. Como disciplina deversificada, o que deve ser ensinado, na escola, de acordo com a realidade, sobre a história dos indígenas?

4. De que maneira a história da educação indígena é ensinada na escola?

5. Que recursos metodológicos são utilizados para o ensino da história dos índios em sala de aula?

6. Como contribuir para um ensino da História da Educação Indígena de modo a considerar um ponto de vista sem estereótipos, de forma científica?

7. Os pais repassam a história de seus povos aos filhos? Como?

8. Fale das vantagens do ensino da história indígena da escola.

OBRIGADA